ÍNDICE

1. Os contornos do mundo pós-Guerra Fria	7
Capitalismo liberal meritocrático	19
3. Capitalismo político	83
4. A interação entre capitalismo e globalização	153
5. O futuro do capitalismo mundial	205
ANEXO A. O LUGAR DO COMUNISMO NA HISTÓRIA MUNDIAL	253
ANEXO B. HIPERCOMERCIALIZAÇÃO E A «MÃO INVISÍVEL» DE ADAM SMITH	259
ANEXO C. ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS E DEFINIÇÕES	263
NOTAS	269
REFERÊNCIAS	295
AGRADECIMENTOS	309
ÍNDICE REMISSIVO.	311

CAPÍTULO 1

OS CONTORNOS DO MUNDO Pós-Guerra fria

[A burguesia] compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, i. e., a tornarem-se burguesas. Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem.

- Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista (1848)*

Na altura precisa em que esses descobrimentos se fizeram [da América e das Índias Ocidentais], acontecia que a superioridade de forças era tão grande do lado dos Europeus, que isso veio a permitir-lhes cometerem impunemente toda a espécie de injustiças contra esses países remotos. Talvez que no futuro os nativos desses países venham a fortalecer, ou os da Europa a enfraquecer, e os habitantes dos diversos cantos do mundo possam chegar a essa igualdade de coragem e força que, inspirando um temor mútuo, consiga só por si sujeitar a injustiça de nações independentes a uma espécie de respeito pelos direitos mútuos. Mas nada parece ter maiores probabilidades de estabelecer esta igualdade de força do que essa mútua comunicação de conhecimentos e de toda a espécie de melhoramentos, que um comércio extensivo de todos os países para todos os países necessariamente acarreta.

- Adam Smith, Riqueza das Nações (1776)**

^{*} Citação retirada de *Manifesto do Partido Comunista*, tradução de José Barata-Moura, Editorial «Avante!», Lisboa, 1997, disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista, consultado em 7 de março de 2022. [N. da T.]

^{**} Citação retirada de *Riqueza das Nações*, volume II, tradução de Luís Cristóvão de Aguiar, Fundação Calouste Gulbenkian, 6.ª edição, Lisboa, 2016. [*N. da T.*]

1.1. Capitalismo como o único sistema socioeconómico

Começo este capítulo com duas citações. A primeira, de Karl Marx e Friedrich Engels, tem cerca de 170 anos; a segunda, de Adam Smith, tem quase 250. Estas passagens de duas obras clássicas da economia política captam, eventualmente melhor do que quaisquer textos contemporâneos, a essência de duas transformações históricas que o mundo está a viver. Uma é o estabelecimento do capitalismo, não só como o sistema socioeconómico dominante, mas como o único no mundo. A segunda é o reequilíbrio do poder económico entre, de um lado, a Europa e a América do Norte e, do outro, a Ásia, graças à ascensão deste continente. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, os rendimentos nos três continentes estão a aproximar-se uns dos outros, regressando sensivelmente aos mesmos níveis relativos que se verificavam antes da Revolução Industrial (agora, como é óbvio, a um nível absoluto dos rendimentos muito mais elevado). Em termos de história mundial, o domínio exclusivo do capitalismo e o renascimento económico da Ásia são desenvolvimentos notáveis - que podem estar relacionados.

O mundo inteiro funcionar agora segundo os mesmos princípios económicos - produção organizada com fins lucrativos, com recurso ao trabalho assalariado legalmente livre e a capital sobretudo privado, com coordenação descentralizada - não tem precedentes na História. No passado, o capitalismo, quer fosse no Império Romano, na Mesopotâmia do século VI, nas cidades-Estado da Itália medieval ou no Benelux da era moderna, teve sempre de coexistir, por vezes dentro da mesma unidade política, com outras formas de organização da produção. Entre estas incluíam-se atividades recoletoras e de caça, vários tipos de escravatura, servidão (com os trabalhadores legalmente ligados às terras e proibidos de oferecer o seu trabalho a outros) e a produção simples de mercadorias por artesãos independentes ou pequenos agricultores. Há apenas 100 anos, quando surgiu o primeiro exemplo de capitalismo globalizado, o mundo ainda incluía todos estes modos de produção. Na sequência da Revolução Russa, o capitalismo partilhou o mundo com o comunismo, que dominava em países com cerca de um terço da população humana. Nenhuma, à exceção do capitalismo, subsiste hoje em dia, salvo em zonas muito periféricas, sem qualquer influência nos desenvolvimentos mundiais.

A vitória mundial do capitalismo tem muitas implicações previstas por Marx e Engels em 1848. O capitalismo facilita – e, quando os lucros externos são superiores aos internos, até procura – a troca transfronteiriça de bens, o movimento de capitais e, em alguns casos, a circulação de trabalhadores. Portanto, não é por acaso que a globalização tenha registado maior desenvolvimento no período entre as Guerras Napoleónicas e a Primeira Guerra Mundial, quando o capitalismo imperava. E não é por acaso que a globalização atual coincide com o triunfo ainda mais absoluto do capitalismo. Caso o comunismo tivesse vencido o capitalismo, não subsistem muitas dúvidas de que, apesar da crença internacionalista professada pelos seus fundadores, não teria conduzido à globalização. As sociedades comunistas eram, na sua vasta maioria, autónomas e nacionalistas, sendo mínima a circulação transfronteirica de bens, capitais e trabalhadores. Mesmo dentro do bloco soviético, o comércio era realizado apenas para venda de bens excedentários ou de acordo com os princípios mercantilistas da negociação bilateral. Esta situação é totalmente diferente do capitalismo, que, conforme observado por Marx e Engels, tem uma tendência inerente para a expansão.

O domínio incontestado do modo de produção capitalista tem como complemento a visão ideológica igualmente incontestada de que acumular dinheiro, além de ser respeitável, é o objetivo mais importante da vida, um incentivo compreendido por pessoas de todas as partes do mundo e de todas as classes. Poderá ser difícil convencer uma pessoa diferente de nós em termos de experiência de vida, género, raça ou origem de algumas das nossas crenças, preocupações e motivações. Mas a mesma pessoa compreenderá facilmente a linguagem do dinheiro e do lucro; se explicarmos que o nosso objetivo é obter o melhor negócio possível, conseguirá de imediato perceber se a melhor estratégia económica a seguir é a cooperação ou a concorrência. O facto de (para utilizar termos de Marx) a infraestrutura (a base económica) e a superstrutura (instituições políticas e judiciais) estarem tão bem alinhadas no mundo atual não só ajuda o capitalismo global a manter o domínio, como torna os objetivos das pessoas mais compatíveis e a sua comunicação mais clara e mais fácil, pois todas sabem o que o outro lado pretende. Vivemos num mundo em que todos seguem as mesmas regras e compreendem a mesma linguagem de obtenção de lucro.

Uma afirmação tão geral carece de alguma restrição. Existem, de facto, algumas pequenas comunidades dispersas pelo mundo que evitam a acumulação de dinheiro e há algumas pessoas que o desprezam. Mas não influenciam os acontecimentos nem o movimento da História. A alegação de que as crenças individuais e os sistemas de valores estão alinhados com os objetivos do capitalismo não deve ser considerada uma insinuação de que todas as nossas ações são sempre e totalmente motivadas pelo lucro. As pessoas por vezes realizam ações que são genuinamente altruístas ou orientadas por outros objetivos. No entanto, para a maioria de nós, se avaliarmos essas ações em termos de tempo despendido ou dinheiro perdido, verificamos que desempenham apenas um papel reduzido na nossa vida. Tal como é errado apelidar multimilionários de «filantropos» se conseguiram fazer uma enorme fortuna através de práticas sem escrúpulos e depois abdicaram de uma pequena fração da sua riqueza, também é errado destacar um pequeno subconjunto das nossas ações altruístas e ignorar o facto de que possivelmente 90% da nossa vida acordada é passada em atividades intencionais cujo objetivo é melhorar o nosso nível de vida, sobretudo através da acumulação de dinheiro.

Esta sintonia entre objetivos individuais e sistémicos é um enorme êxito alcançado pelo capitalismo – algo que aprofundaremos no Capítulo 5. Os apoiantes incondicionais do capitalismo explicam este êxito como um resultado da «naturalidade» do capitalismo, ou seja, o facto de alegadamente refletir na perfeição as nossas características inatas – o nosso desejo de fazer negócios, obter ganhos, procurar melhores condições económicas e uma vida mais agradável. Contudo, não me parece que, salvo algumas funções básicas, seja correto falar de desejos inatos, como se existissem independentemente das sociedades em que vivemos. Muitos destes desejos são produto da socialização no seio das sociedades em que vivemos – e, neste caso, no seio de sociedades capitalistas, que são as únicas que existem.

Trata-se de uma ideia antiga, defendida por escritores tão distintos como Platão, Aristóteles e Montesquieu, de que um sistema político ou económico tem uma relação harmoniosa com os valores e comportamentos predominantes de uma sociedade. Algo que se verifica, de facto, no capitalismo atual. O capitalismo foi notavelmente bem-sucedido na transmissão dos seus objetivos às pessoas, incitando-as ou convencendo-as a

adotar os seus propósitos e, desta forma, alcançando uma consonância extraordinária entre aquilo de que o capitalismo necessita para a sua expansão e as ideias, desejos e valores das pessoas. O capitalismo teve muito mais êxito do que os seus concorrentes na criação das condições que, segundo o filósofo John Rawls, são necessárias para a estabilidade de qualquer sistema: nomeadamente, que a pessoas nas suas ações quotidianas manifestam e, portanto, reforçam os valores mais amplos nos quais assenta o sistema social.

No entanto, o domínio mundial do capitalismo foi obtido com dois tipos de capitalismo diferentes: o capitalismo liberal meritocrático, que se foi desenvolvendo gradualmente no Ocidente ao longo dos últimos 200 anos (debatido no Capítulo 2), e o capitalismo político, ou autoritário, de orientação estatal, exemplificado pela China, mas que também existe noutras partes da Ásia (Singapura, Vietname, Birmânia) e em partes da Europa e de África (Rússia e os países do Cáucaso, Ásia Central, Etiópia, Argélia, Ruanda) (debatido no Capítulo 3). Tal como aconteceu com muita frequência na história humana, à ascensão e aparente triunfo de um sistema ou religião segue-se pouco depois algum tipo de cisão entre variantes do mesmo credo. Depois de o cristianismo ter triunfado em todo o Mediterrâneo e no Próximo Oriente, viveu disputas ideológicas e divisões sangrentas (sendo a mais feroz a que se verificou entre a ortodoxia e o arianismo), acabando por produzir a primeira grande cisão entre igrejas ocidentais e orientais. O destino do islamismo foi idêntico, que quase imediatamente após a sua conquista impressionante se dividiu nos ramos sunita e xiita. E, por fim, o comunismo, o rival do capitalismo no século xx, não se manteve um monólito durante muito tempo, dividindo-se entre as versões de orientação soviética e chinesa. Nesta matéria, a vitória mundial do capitalismo não é diferente: são-nos apresentados dois modelos de capitalismo que diferem nas esferas política e económica, mas também, a um nível menor, social. A meu ver, é pouco provável que, independentemente do que aconteça na concorrência entre o capitalismo liberal e o capitalismo político, haja um sistema que passará a dominar todo o mundo.

1.2. A ascensão da Ásia e o reequilíbrio do mundo

O êxito económico do capitalismo político é a força subjacente ao segundo desenvolvimento notável referido acima: a ascensão da Ásia. É verdade que a ascensão da Ásia não se deve exclusivamente ao capitalismo político: países capitalistas liberais, como a Índia e a Indonésia, também estão a apresentar um crescimento muito rápido. Contudo, é inegável que a transformação histórica da Ásia está a ser liderada pela China. Esta mudança, ao contrário da ascensão do capitalismo à supremacia mundial, tem um precedente histórico, na medida em que faz regressar a distribuição da atividade económica na região eurasiática sensivelmente à posição que existia antes da Revolução Industrial. No entanto, fá-lo com uma diferenca. Embora os níveis de desenvolvimento económico da Europa Ocidental e da Ásia (China) fossem sensivelmente os mesmos, por exemplo, nos séculos I e II, ou nos séculos XIV e XV, as duas partes do mundo praticamente não interagiam nessa altura e, de um modo geral, não tinham conhecimento uma da outra. De facto, sabemos muito mais hoje sobre os seus níveis de desenvolvimento relativos do que os seus contemporâneos na altura. Atualmente, pelo contrário, as interações são intensas e constantes. Os níveis de rendimentos em ambas as regiões também são muito superiores. Estas duas partes do mundo, Europa Ocidental, e as suas ramificações na América do Norte, e a Ásia, que, em conjunto, acolhem 70% da população mundial e 80% da produção do mundo, estão em contacto permanente através de comércio, investimento, circulação de pessoas, transferência de tecnologia e intercâmbio de ideias. A concorrência daí resultante entre estas regiões é mais acentuada porque os sistemas, embora similares, não são idênticos. Isso verifica-se quer a concorrência ocorra na conceção, com um sistema a tentar impor-se ao outro e ao resto do mundo, ou simplesmente através do exemplo, com um sistema a ser copiado mais prontamente pelo resto do mundo do que o outro.

Este reequilíbrio geográfico está a pôr fim à superioridade militar, política e económica do Ocidente, que foi tida como garantida durante os dois últimos séculos. Nunca na História a superioridade de uma parte do mundo sobre outra fora tão grande como a da Europa sobre África e a Ásia no século XIX. Esta superioridade foi mais evidente nas conquistas coloniais, mas também se refletiu nas disparidades em termos de

rendimentos entre as duas partes do mundo e, portanto, em termos de desigualdade de rendimentos a nível mundial entre todos os cidadãos do mundo, algo que podemos estimar com relativa precisão a partir de 1820, conforme ilustrado na Figura 1.1. Neste gráfico, e ao longo do livro, a desigualdade é medida recorrendo a um índice designado por «coeficiente de Gini», que varia em termos de valores entre 0 (inexistência de desigualdade) e 1 (desigualdade máxima). (O índice é muitas vezes expresso em percentagens, variando entre 0 e 100, em que cada ponto percentual é designado por «ponto de Gini».)

Antes da Revolução Industrial no Ocidente, a desigualdade no mundo era moderada e devia-se praticamente a diferenças tanto entre pessoas que viviam nos mesmos países, como entre os rendimentos médios de pessoas em países diferentes. Esta situação alterou-se radicalmente com a ascensão do Ocidente. A desigualdade no mundo aumentou de forma praticamente constante desde 1820 até à véspera da Primeira Guerra Mundial, passando de 55 pontos de Gini (sensivelmente o nível de desigualdade de existe atualmente em países da América Latina) para quase 70 (um nível de desigualdade superior à que existe atualmente na África do Sul). A subida dos níveis de rendimentos na Europa, na América do Norte e, posteriormente, no Japão (aliada à estagnação da China e da Índia) impulsionou a maior parte deste aumento, embora a crescente desigualdade de rendimentos verificada nos países do que se estava a tornar o Primeiro Mundo também tenha tido influência. Depois de 1918, registou-se uma pequena descida na desigualdade no mundo, provocada por aquilo que, na tela abrangente em que nos movemos, parecem ser repercussões da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão, quando os rendimentos do Ocidente deixaram de crescer.